

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos nessas datas.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015					
<i>(em milhares de Reais)</i>					
	2016	2015		2016	2015
ATIVO			PASSIVO		
Circulante	14.111.439	14.384.152	Circulante	8.642.851	11.467.885
Disponibilidades	42.780	63.347	Depósitos	2.854.034	876.106
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	5.132.712	3.574.310	Depósitos à vista	681.382	318.693
Aplicações no mercado aberto	5.041.355	2.710.820	Depósitos interfinanceiros	355.011	181.063
Aplicações em depósitos interfinanceiros	91.357	239.169	Depósitos a prazo	1.817.641	376.350
Aplicações em moeda estrangeira	-	624.321	Captações no mercado aberto	1.232.550	47.249
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6.956.515	6.675.401	Carteira própria	23.939	5.246
Carteira própria (Nota 5)	994.451	313.358	Carteira de terceiros	1.208.611	42.003
Vinculados a compromissos de recompra (Nota 5)	24.005	5.254	Relações interfinanceiras	4	18
Vinculados à prestação de garantia (Nota 5)	3.029.229	3.492.374	Sistemas de liquidação	4	18
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	2.908.830	2.864.415	Relações interdependências	58.842	40.977
Relações interfinanceiras	269.679	127.795	Recursos em trânsito de terceiros	58.842	40.977
Correspondentes	848	388	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	2.330.744	6.699.644
Depósitos no Banco Central	268.831	127.407	Outras obrigações	2.166.677	3.803.891
Operações de crédito (Nota 6)	340.131	147.057	Carteira de câmbio (Nota 7)	1.155.954	3.292.501
Setor Privado	342.522	148.717	Sociais e estatutárias (Nota 17)	248.088	261.623
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.391)	(1.660)	Fiscais e previdenciárias (Nota 18)	570.253	137.777
Outros créditos	1.369.382	3.795.701	Negociação e intermediação de valores (Nota 9)	164.053	-
Carteira de câmbio (Nota 7)	1.165.552	3.342.795	Dívidas subordinadas (Nota 19)	-	87.477
Rendas a receber (Nota 26)	14.048	45.560	Diversas (Nota 21)	28.329	24.513
Negociação e intermediação de valores	-	251.747	Exigível a longo prazo	6.646.459	8.128.520
Diversos (Nota 8)	189.782	155.599	Depósitos	4.335.702	1.401.207
Outros valores e bens	240	541	Depósitos a prazo	4.335.702	1.401.207
Despesas antecipadas	240	541	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	2.176.713	6.479.981
Realizável a longo prazo	2.979.797	6.474.287	Outras obrigações	134.044	247.332
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	26.421	473.468	Fiscais e previdenciárias (Nota 18)	88.722	194.236
Aplicações em depósitos interfinanceiros	26.421	473.468	Diversas (Nota 21)	45.322	53.096
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.031.270	5.211.783	Resultado de exercícios futuros	1.378	5.276
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 14)	2.031.270	5.211.783	Resultado de exercícios futuros	1.378	5.276
Operações de crédito (Nota 6)	518.861	496.529	Patrimônio líquido	1.849.152	1.486.991
Setor Privado	518.861	496.529	Capital Social:	1.776.333	1.198.113
Outros créditos	403.245	292.507	De domiciliados no exterior	1.776.333	1.198.113
Diversos (Nota 8)	403.245	292.507	Reservas de lucros	72.819	288.878
Permanente	48.604	230.233	TOTAL	17.139.840	21.088.672
Investimentos (Nota 10)	11	177.752			
Participações controladas	-	177.741			
Outros investimentos	11	11			
Imobilizado de uso (Nota 11)	47.688	51.213			
Imobilizações de uso	101.891	96.648			
(-) Depreciação acumulada	(54.203)	(45.435)			
Intangível (Nota 12)	905	1.268			
Gastos de organização e expansão	10.608	10.617			
(-) Amortização acumulada	(9.703)	(9.349)			
TOTAL	17.139.840	21.088.672	TOTAL	17.139.840	21.088.672

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
	2º Semestre	2016	2015
Receitas da intermediação financeira	593.894	1.899.379	940.904
Operações de crédito	54.873	103.662	74.411
Resultado com títulos e valores mobiliários	503.420	1.071.565	809.548
Resultado de operações de câmbio	35.601	724.152	56.945
Despesas da intermediação financeira	(269.268)	(1.097.085)	(499.930)
Operações de captação no mercado	(388.297)	(568.661)	(229.009)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	116.191	(411.541)	(146.154)
Operações de empréstimos e repasses	2.605	(116.143)	(137.996)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	233	(740)	13.229
Resultado bruto da intermediação financeira	324.626	802.294	440.974
Outras receitas/(despesas) operacionais	111	(78.785)	(163.407)
Receitas de prestação de serviços (Nota 24)	264.223	475.890	446.057
Despesas de pessoal (Nota 25)	(196.331)	(368.407)	(445.857)
Outras despesas administrativas (Nota 26)	(87.754)	(182.344)	(154.151)
Despesas tributárias (Nota 27)	(42.762)	(80.938)	(40.145)
Resultado de participação em controlada (Nota 10)	2.447	15.970	22.619
Outras receitas operacionais	94.987	95.765	9.681
Outras despesas operacionais	(34.699)	(34.721)	(1.247)
Resultado operacional	324.737	723.509	277.567
Resultado não operacional	(167)	(393)	(1.104)
Resultado antes da tributação sobre o lucro	324.570	723.116	276.463
Imposto de renda e contribuição social	(161.286)	(342.217)	(54.637)
Provisão para Imposto de Renda	(121.923)	(182.986)	(60.142)
Provisão para Contribuição Social	(93.803)	(148.857)	(39.328)
Ativo fiscal diferido (Nota 8a)	54.440	(10.374)	44.833
Lucro líquido do semestre/exercício	163.284	380.899	221.826
Quantidade de ações - 598.330.140	0,27	0,64	0,37
Lucro líquido por ação - R\$	-	-	(84,390)
Juros sobre capital	-	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015						
<i>(em milhares de Reais)</i>						
	Capital social		Reservas de lucros			Lucros
	Capital	Aumento de capital	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Especiais
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.198.113	-	3.540	83.431	-	64.471
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	221.826
Destinações:						
Reservas legal	-	-	-	11.091	-	(11.091)
Juros Sobre o capital próprio - R\$ 0.141 por ação (Nota 13)	-	-	-	-	-	(84.390)
Reservas de capital (Nota 13)	-	-	(2.917)	-	-	2.917
Reservas estatutárias (Nota 13)	-	-	-	190.809	(64.471)	(126.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.198.113	-	623	94.522	190.809	2.917
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	380.899
Destinações:						
Reserva legal (Nota 13)	-	-	-	19.045	-	(19.045)
Aumento de capital (Nota 13)	71.732	506.488	(623)	(94.522)	(190.811)	(2.917)
Dividendos mínimos obrigatórios - R\$ 0.151 por ação (Nota 13)	-	-	-	-	-	(90.463)
Reservas estatutárias (Nota 13)	-	-	-	-	53.776	(53.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.269.845	506.488	-	19.045	53.774	-
Saldos em 30 de junho de 2016	1.198.113	71.732	623	94.522	190.809	2.917
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	163.284
Destinações:						
Reserva legal (Nota 13)	-	-	-	19.045	-	(19.045)
Aumento de capital (Nota 13)	71.732	434.756	(623)	(94.522)	(190.811)	(2.917)
Dividendos mínimos obrigatórios - R\$ 0.151 por ação (Nota 13)	-	-	-	-	-	(90.463)
Reservas estatutárias (Nota 13)	-	-	-	-	53.776	(53.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.269.845	506.488	-	19.045	53.774	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
	2º Semestre	2016	2015
Fluxos de caixa (utilizados) nas atividades operacionais	(1.545.438)	(4.581.923)	647.284
Lucro líquido ajustado	96.940	359.014	254.492
Lucro líquido do semestre/exercício	163.284	380.899	221.826
Ajustes ao lucro líquido:			
Despesa de depreciação e amortização	5.794	11.459	10.195
Prejuízo na baixa do Imobilizado de uso/Intangível	956	2.185	1.026
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(2.447)	(15.970)	(22.619)
(Reversão)/Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6e)	(235)	731	1.659
Provisões Atuariais (Nota 21)	525	7.139	-
Provisão de contingências e obrigações legais (Nota 20c)	23.524	26.727	580
Créditos fiscais diferidos (Nota 8b)	(54.440)	10.374	(44.833)
Obrigações fiscais diferidas (Nota 8d)	(40.022)	(64.530)	86.658
Varição de ativos e passivos (Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(1.658.348)	(4.956.907)	392.792
Redução/(Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(270.487)	505.061	(315.805)
(Aumento) em relações interfinanceiras	(76.103)	(140.978)	(19.391)
(Aumento) em operações de crédito	(196.340)	(216.137)	(112.620)
Redução/(Aumento) em outros créditos	2.788.524	2.289.237	(1.557.193)
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	323	301	(405)
Aumento em relações interdependências (Redução)/Aumento em instrumentos financeiros derivativos passivos	12.366	17.865	36.377
Impostos de renda e contribuição social pagos (Redução)/Aumento em outras obrigações	(48.744)	(66.724)	(5.199)
Aumento/(Redução) em resultado de exercícios futuros	(2.116.943)	(1.568.865)	1.162.338
Aumento/(Redução) em resultado de exercícios futuros	416	(3.898)	2.732
Fluxos de caixa utilizados nas atividades de investimento	190.315	183.955	(17.914)
Adições em imobilizado de uso	(3.396)	(9.756)	(17.914)
Alienação de investimentos (Nota 10)	193.711	193.711	-
Fluxos de caixa provenientes nas atividades de financiamento	3.001.373	6.010.247	705.920
(Redução)/Aumento de dívida subordinada (Nota 19)	(87.522)	(87.477)	172
Aumento de depósitos	2.307.551	4.912.423	813.427
Aumento/(Redução) em captações no mercado aberto	781.607	1.185.301	(107.679)
Aumento/(Redução) em obrigações por empréstimos	(263)	-	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.630.280	1.596.309	1.335.290
No início do semestre/exercício	3.454.703	3.488.674	2.153.384
No fim do semestre/exercício (Nota 29.1)	5.084.983	5.084.983	3.488.674
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	1.630.280	1.596.309	1.335.290

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco"), está constituído, sob a forma de banco múltiplo e de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes à carteira de investimento, câmbio e crédito.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões de perdas com operações de crédito e para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros, na seleção do prazo de vida útil de certos ativos e no prazo de realização do crédito tributário. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.
O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.
O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:
(a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
(b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
(c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
(d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
(e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
(f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
(g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
(h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
(i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
(j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
(k) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.
As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 27 de março de 2017.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco.
3.2. O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.
3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em moeda estrangeira e aplicações em depósitos interfinanceiros e relações interfinanceiras com correspondentes, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de

mudança no valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 29.1).
3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

Transações liquidadas com caixa

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais com base na Ptax de três dias úteis anteriores à data da transação. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente. O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

3.18. Benefícios a empregados

Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que o Banco contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

(a) Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período;

(b) Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós emprego.

O Banco avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O Banco determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Banco considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A composição das "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" no mercado aberto e interbancário é a seguinte:

	2016		2015	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Aplicação em depósitos interfinanceiros	117.778	117.778	712.637	712.637
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	624.321	624.321
Aplicações no mercado aberto	5.451.726	5.041.355	2.712.242	2.710.820
Títulos pré-fixados				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.540.832	1.540.294	2.171.891	2.170.751
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	300.148	300.047	408.269	408.021
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	2.401.521	1.992.402	90.045	90.046
Títulos pós-fixados				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	800.814	800.408	42.037	42.002
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	408.411	408.204	-	-
Total	5.569.504	5.159.133	4.049.200	4.047.778
Circulante	5.132.712	5.132.712	3.574.310	3.574.310
Realizável a longo prazo	26.421	26.421	473.468	473.468

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "títulos para negociação" são os seguintes:

(a) Total da carteira

(a.1) Carteira própria

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	269.728	270.858	235.410	234.495
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	720.077	723.593	27.506	27.278
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	51.592	51.585
Total	989.805	994.451	314.508	313.358

(a.2) Vinculados a compromissos de recompra

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	23.977	24.005	5.248	5.254
Total	23.977	24.005	5.248	5.254

(a.3) Vinculados à prestação de garantias

	2016		2015	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.340.834	1.346.337	2.946.077	2.934.446
Notas do Tesouro Nacional - NTN - F	1.671.431	1.682.892	267.894	264.893
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	295.208	293.035
Total (Nota 14)	3.012.265	3.029.229	3.509.179	3.492.374

(b) Total da carteira por vencimento

	2016			
	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional	-	1.125.125	2.922.560	4.047.685
Total	-	1.125.125	2.922.560	4.047.685

	2015			
	Sem vencimento	Até 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Títulos emitidos pelo Tesouro Nacional	-	1.352.024	2.458.962	3.810.986
Total	-	1.352.024	2.458.962	3.810.986

As Letras Financeiras do Tesouro, as Letras do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e foram marcadas a mercado utilizando metodologia interna de precificação, que obedece os intervalos mínimos e máximos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"). Os títulos e valores mobiliários vinculados à prestação de garantias referem-se à garantia de operações com derivativos, realizadas junto às clearings de derivativos e câmbio da na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&FBovespa (Nota 14).

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As informações da carteira de crédito são demonstradas como segue para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

(a) Por tipo de operação

	2016		2015	
	Operações de crédito	Emprestimos	Operações de crédito	Emprestimos
Total	861.383	645.246	861.383	645.246

(b) Diversificação por atividade

	2016		2015	
	Sector privado	Outros serviços	Sector privado	Outros serviços
Indústria	165.263	170.832	170.832	170.832
Intermediários financeiros	-	15.845	-	15.845
Comércio	50.844	4.032	50.844	4.032
Total	861.383	645.246	861.383	645.246

(c) Por vencimento

	2016		2015	
	A vencer	Até 90 dias	A vencer	Até 90 dias
De 91 a 365 dias	32.061	80.218	32.061	80.218
Mais de 365 dias	518.861	496.529	518.861	496.529
Total	861.383	645.246	861.383	645.246

Em 31 de dezembro 2016 e 2015 não há operações de crédito vencidas.

(d) Por nível de risco

Nível de risco	2016		2015	
	Curso normal	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Curso normal	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	617.253	-	617.253	-
A	10.069	(50)	10.069	(50)
B	234.061	(2.341)	234.061	(2.341)
Total	861.383	(2.391)	861.383	(2.391)

Nível de risco	2015		2015	
	Curso normal	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Curso normal	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	343.679	-	343.679	-
A	279.737	(1.398)	279.737	(1.398)
B	19.775	(198)	19.775	(198)
C	2.052	(61)	2.052	(61)
F	1	(1)	1	(1)
H	2	(2)	2	(2)
Total	645.246	(1.660)	645.246	(1.660)

(e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2016	2015
Saldo inicial	(1.660)	(1)
Constituição	(2.824)	(10.862)
Reversão	2.093	9.203
Saldo final	(2.391)	(1.660)

No decorrer do exercício de 2016 o Banco não efetuou a recuperação de créditos baixados para prejuízo (R\$ 29.919 em 2015), sendo este montante de 2015 reconhecido diretamente em contrapartida no resultado, na rubrica "Provisão para créditos e liquidação duvidosa" (PCLD) que é composta conforme abaixo:

	2016	2015
Constituição PCLD no exercício	(2.824)	(10.862)
Reversão PCLD no exercício	2.093	9.203
Constituição PCLD sobre fianças no exercício	(7)	(1)
Reversão PCLD sobre fianças no exercício	1	30
Constituição PCLD sobre outros créditos no exercício	(3)	(15.060)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo no exercício	-	29.919
Resultado de provisão com créditos de liquidação duvidosa (Nota 23)	(740)	13.229

No decorrer dos exercícios de 2016 e 2015 não houve créditos baixados para prejuízo.

7. CARTEIRA DE CÂMBIO

	2016	2015
Outros créditos		
Câmbio comprado a liquidar - Pronto	260.126	630.222
Direitos sobre vendas de câmbio - Pronto	405.813	23.473
Direitos sobre vendas de câmbio - Termo (1)	499.791	2.689.508
(-) Adiantamento em moeda estrangeira	(178)	(408)
Total	1.165.552	3.342.795
Outras obrigações		
Câmbio vendido a liquidar - Pronto	404.540	23.431
Câmbio vendido a liquidar - Termo (1)	488.775	2.635.335
Obrigações por compras de câmbio - Pronto	262.639	633.735
Total	1.155.954	3.292.501

(1) No decorrer de 2016 e 2015 o Banco participou de compras à vista e vendas a termo de dólar junto ao Bacen. Estas operações foram tratadas como derivativos (vendas a termo) e foram mensuradas por seu valor de mercado com contrapartida no resultado no grupo de operações com "instrumentos financeiros derivativos" na demonstração do resultado.

As operações de vendas a termo, acima descritas, estão assim registradas em nossos livros:

	2016		2015	
	Vendas a termo	Ponta ativa	Vendas a termo	Ponta ativa
Contratos de câmbio a termo (ponta pré fixada)	501.815	-	2.781.150	-
Rendas/Despesas a apropriar (1)	(2.024)	-	(91.642)	-
Direitos sobre vendas - termo	499.791	-	2.689.508	-
Ajuste positivo de marcação a mercado (Nota 14)	1.901	-	-	-
Ajuste negativo de marcação a mercado (Nota 14)	-	-	(39.125)	-
Total	501.692	-	2.650.383	-
Câmbio a liquidar (taxa histórica)	486.840	-	2.630.590	-
Variação cambial reconhecida no período	1.935	-	4.745	-
Total	488.775	-	2.635.335	-

(1) Refere-se ao *accrual* a apropriar da ponta pré fixada das operações. As receitas e despesas apropriadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 montam R\$ 136.820 (R\$ 162.420 em 2015) e R\$ 6 (R\$ 7.440 em 2015), respectivamente, sendo reconhecidas no grupo de resultado de "operações de câmbio" na demonstração de resultado.

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2016	2015
Devedores diversos - depósitos judiciais (2) (Nota 20)	297.966	204.205
Créditos tributários (1)	140.033	150.405
Imposto de renda e contribuições a compensar	81.817	23.602
Valores a receber de empresas ligadas (Nota 28e)	14.589	13.818
Adiantamentos e antecipações salariais	3.359	3.024
Adiantamentos para pagamentos	623	149
Outros (3)	54.640	52.902
Total	593.027	448.105
Circulante	189.782	155.599
Realizável a longo prazo	403.245	292.507

(1) Créditos tributários de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), constituídos com base nas alíquotas vigentes para estes tributos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, calculados sobre os ajustes temporários.

(2) Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os depósitos efetuados, destacamos os que garantem as teses de: (i) INSS sobre participação nos lucros e resultados - R\$ 167.119 (R\$ 118.204 em 2015); (ii) PIS e Cofins Lei nº 9.718/98 - R\$ 130.044 (R\$ 85.309 em 2015); e, (iii) outros - R\$ 333 (R\$ 333 em 2015). Os depósitos judiciais em garantia vinculados aos processos trabalhistas montam R\$ 472 (R\$ 359 em 2015). Com base na evolução das questões judiciais em discussão no decorrer do segundo semestre de 2016, o Banco reconheceu a atualização monetária dos juros dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 93.649 em "outras receitas operacionais".

(3) Refere-se substancialmente a reembolsos a receber de partes relacionadas no montante de R\$ 53.859 (R\$ 52.292 em 2015) (Nota 28e).

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	723.116	723.116	276.463	276.463
Resultado de participação em controlada	(15.970)	(15.970)	(22.619)	(22.619)
Juros sobre capital próprio	-	-	(84.390)	(84.390)
Ajustes temporários (1)	157.433	157.433	(136.337)	(136.337)
Incentivos fiscais (2)	4.547	347	98	98
Outros ajustes permanentes (3)	43.875	44	9	9
Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP	913.001	864.970	18.582	18.253
Alíquotas (4)	25%	15%-20%	25%	15%-20%
IRPJ e CSLL	(228.226)	(172.994)	(4.622)	(2.738)
Ajustes exercícios anteriores	(635)	(407)	(3.612)	(2.245)
Incentivos fiscais	5.890	-	405	-
Passivo fiscal diferido (5)	39.985	24.544	(52.313)	(34.345)
Ativo fiscal diferido	(9.515)	(859)	18.229	26.604
Total do imposto de renda e contribuição social	(192.501)	(149.716)	(41.913)	(12.724)

(1) Referem-se aos ajustes temporários indedutíveis ao lucro líquido, tais como, ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado e provisões de passivos contingentes.

(2) Refere-se, basicamente, as doações realizadas de acordo com os programas estabelecidos pelos Governos Federal e Municipal (Lei Rouanet, FUMCAD e Incentivo ao Desporto) e o Programa Empresa Cidadã (Prorrogação de Licença Maternidade).

(3) Refere-se, basicamente, a remuneração variável dos diretores executivos do Bank of America Merrill Lynch.

(4) A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015, até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

(5) Refere-se, basicamente, ao passivo diferido sobre os ajustes de títulos e valores mobiliários a valor de mercado.

(b) Movimentação dos créditos tributários no exercício

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/15	Realização	Constituição	Dezembro/16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de Reais)

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 29 de abril de 2016, foi aprovado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 71.732, mediante a créditos resultantes do pagamento de juros sobre o capital próprio. Este ato societário foi homologado junto ao Banco Central do Brasil em 1º de julho de 2016.

Em 30 de novembro de 2016, o Banco vendeu integralmente a totalidade de sua participação (99,9954%) da Corretora para a BofAML EMEA Holdings 2 Limited (BofAML EMEA Holdings II), sociedade constituída em Jersey e parte relacionada, pelo valor correspondente a 99,9954% do valor patrimonial da Corretora, conforme saldos registrados naquela data.

Em Assembleia Geral Extraordinária, de 30 de novembro de 2016, foi aprovado o aumento de capital do Banco no valor de R\$ 506.488, mediante a capitalização de lucros acumulados referentes aos presentes exercícios R\$ 217.615, Reserva Legal R\$ 94.522, Reservas de Lucros - Estatutária R\$ 190.811, Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais R\$ 623 e Reservas Legais de Lucro R\$ 2.917. Este ato societário encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

A utilização de instrumentos financeiros derivativos tem por objetivo principal proporcionar aos seus clientes, produtos que possibilitem a proteção de seus ativos contra eventuais riscos provenientes de oscilações de moeda e de taxa de juros, além disso, estes instrumentos são utilizados pelo Banco na administração diária dos riscos assumidos em suas operações.

Contratos a termo de juros e câmbio são contratos para efetuar troca de pagamentos e moedas em uma data futura especificada, com base na flutuação no mercado de taxa de juros e cotação da moeda, entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato.

Contratos de "swaps" de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opções dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito mas não a obrigação, de comprar ou vender dentro de um prazo limitado um instrumento financeiro, inclusive fluxo de juros, moedas estrangeiras, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor

nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

O risco de mercado e de crédito associado a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no caso de não cumprimento da sua parte na operação. Os contratos de "swaps" proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em "swaps" é de R\$ 2.828.776 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 6.356.826 em 2015).

O risco de crédito associado aos contratos de opção se limitam à extensão dos prêmios marcados a mercado em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito, associada à aquisição de opções totalizou o montante de R\$ 97.785 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 12.235 em 2015).

O risco de crédito associado aos contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em contratos a termo de juros, câmbio e títulos públicos é de R\$ 2.069.343 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.775.895 em 2015).

A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizado devido à liquidação diária em dinheiro.

O valor total das garantias vinculadas aos contratos de instrumentos financeiros derivativos é de R\$ 3.029.229 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 3.492.374 em 2015), composto por títulos públicos (Nota 5).

O Banco não possui derivativos classificados como "hedge accounting" em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A seguir demonstramos os valores ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 que envolvem os instrumentos financeiros derivativos de negociação avaliados a valor de mercado:

Em 31 de dezembro de 2016 as captações no mercado aberto possuem vencimentos em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2015 as captações no mercado aberto possuem vencimentos em janeiro de 2016.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

A composição das outras obrigações sociais e estatutárias é a seguinte:

	2016	2015
Programa de participação nos resultados - curto prazo (1)	100.450	126.591
Dividendos e juros sobre capital próprio	90.463	71.732
Programa de participação nos resultados - longo prazo (2)	57.175	63.300
Total	248.088	261.623
Circulante	248.088	261.623

(1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.

(2) Programa de participação nos resultados - longo prazo

Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício paga a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2016 ou 2015.

18. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição do saldo da rubrica "Obrigações fiscais e previdenciárias" são os seguintes:

	2016	2015
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	395.330	6.955
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 8d)	68.182	132.712
Provisão para riscos fiscais (Nota 20)	105.880	71.970
Impostos e contribuições sobre salários	68.785	80.345
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	435	386
Outros impostos a pagar (1)	20.363	39.645
Total	658.975	332.013
Circulante	570.253	137.777
Exigível a longo prazo	88.722	194.236

(1) O saldo corresponde, principalmente, a imposto sobre serviços próprios no valor de R\$ 1.392 (R\$ 1.886 em 2015), provisão para ajuste a valor de mercado de PIS e COFINS no valor de R\$ 764, R\$ 4.703 respectivamente (R\$ 0 em 2015), impostos sobre operações financeiras a recolher de terceiros R\$ 9.759 (R\$ 15.201 em 2015), imposto de renda retido na fonte incidentes sobre operações de derivativos R\$ 3.374 (R\$ 9.893 em 2015) e em 2015 provisão de imposto de renda retido na fonte sobre JCP (R\$ 12.658).

19. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Valor principal	Taxa de juros	2016	2015
Dívida Subordinada (1)	86.700	100% CDI	-	87.477
			87.477	87.477

(1) Dívida subordinada emitida em 6 de dezembro de 2006, foi integralmente liquidada no vencimento em 6 de dezembro de 2016.

20. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

O Banco, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvido em contingências como segue:

(a) **Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) **Provisões constituídas**

Composição dos saldos patrimoniais		2016	2015
Depósitos judiciais			
Obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 8)		297.494	203.846
Trabalhistas		472	359
Total (Nota 8)		297.966	204.205
Provisões			
Obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 18) (i)		105.880	71.970
Trabalhistas (Nota 21)		45.272	52.496
Outros		41	-
Total		151.193	124.466

(i) Com base na evolução das questões judiciais em discussão no decorrer do segundo semestre de 2016, o Banco reconheceu a atualização monetária dos depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingente em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 33.910 em "outras despesas operacionais".

(c) **Movimentação dos saldos patrimoniais**

	2016	2015
Obrigações legais e outros passivos contingentes		
Saldo inicial	124.466	72.754
Constituição/(Reversão) no exercício	26.727	51.712
Saldo final	151.193	124.466

(c.1) **Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
O Banco é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25 (aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09), são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificados como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(c.1.1) **Obrigações legais**

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela seguinte discussão: (i) alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Por representar obrigação legal, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(c.1.2) **Passivos contingentes**

(c.1.2.1) **Tributários**

O Banco também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 446.669 (R\$ 375.768 em 2015) que envolve as seguintes discussões: (i) contribuições previdenciárias sobre participações nos lucros e resultados no valor de R\$ 353.070 (R\$ 290.240 em 2015); (ii) dedutibilidade das perdas oriundas de renegociação de crédito no valor de R\$ 69.236 (R\$ 63.254 em 2015); (iii) dedutibilidade na base do IRPJ das despesas relativas a gratificações no valor de R\$ 17.395 (R\$ 15.816 em 2015); (iv) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 6.265 (R\$ 5.797 em 2015); e, (v) outras - R\$ 703 (R\$ 661 em 2015). Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

(c.1.2.2) **Trabalhistas**

Litígios trabalhistas baseados em prognóstico de consultores jurídicos com possíveis chances de perdas estão estimados em R\$ 59.731 (R\$ 52.942 em 2015). Em 31 de dezembro de 2016, com base no prognóstico de consultores jurídicos, o Banco possui causas trabalhistas classificadas como prováveis no montante de R\$ 45.272 (R\$ 52.496 em 2015) e portanto foram provisionadas (Nota 21). Os demais litígios trabalhistas não estão provisionados dado o prognóstico de perda possível para estes litígios.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

	2016	2015
Passivos contingentes trabalhista (Nota 20b)	45.272	52.496
Provisões de férias	16.445	15.164
Passivos atuariais (1)	7.139	-
Contas a Pagar	1.118	2.820
Diversas	3.677	7.136
Total	73.651	77.616
Circulante	28.329	24.513
Exigível a longo prazo	45.322	53.103

(1) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram R\$ 7.139 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego do Banco são avaliados como Benefícios definidos:

I - Principais premissas utilizadas nas avaliações atuariais

(a) **Critério para apuração dos ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pelo Banco conforme sua ocorrência.

(b) **Taxa para desconto da Obrigação atuarial** - Inflação + 7,22% a.a. = 13,12% a.a.

(c) **Taxa anual de inflação de longo prazo** - 5,50% a.a.

(d) **Crescimento dos custos médicos** - Inflação + 3,00% a.a. = 8,66% a.a.

(e) **Agravamento na utilização dos serviços médicos conforme a idade:**

De 0 a 24 anos: 0,50%

De 25 a 54 anos: 2,00%

De 55 a 79 anos: 4,50%

Acima de 80 anos: 3,00%

(a) **Composição por indexador**

	Valor de mercado		2016 Valor nominal	Valor de mercado		2015 Valor nominal
	Valor a receber	Valor a pagar		Valor a receber	Valor a pagar	
Operações de "swap"						
CDI x Dólar	809.626	(415.680)	9.650.511	9.763	(4.240.034)	11.544.053
Dólar x CDI	129.436	(402.582)	4.216.769	2.492.415	(5.719)	12.028.419
CDI x Euro	-	-	-	60.058	(87.302)	1.389.794
Euro x CDI	-	-	-	73.495	(33.017)	1.412.033
CDI x IGPM	-	(7.487)	209.610	49	(2.645)	209.610
IGPM x CDI	7.679	-	206.284	2.768	(19)	206.284
CDI x IPCA	23.837	(110.190)	3.290.427	23.316	(16.346)	1.634.644
IPCA x CDI	47.327	(5.211)	1.655.103	7.044	(2.079)	614.350
CDI x Libor	567.761	(710.232)	9.930.785	8.222	(3.090.900)	10.974.882
Libor x CDI	499.687	(694.565)	10.075.247	2.625.539	(3.118)	10.042.096
CDI x Pré	-	(21.716)	5.472.013	30.170	(2.797)	7.104.324
Pré x CDI	7.731	(2.173)	584.142	114	(35.012)	642.580
CUF x CDI	-	-	-	28.126	-	66.485
Dólar x Euro	459.348	-	1.306.161	481.656	-	1.306.161
Euro x Dólar	-	(199.703)	1.561.314	-	(479.648)	1.306.161
Dólar x Libor	46.996	(9.446)	3.710.510	100.765	(5.937)	3.723.770
Libor x Dólar	22.415	(7.774)	4.194.292	8.418	(30.587)	3.826.243
Dólar x Pré	98.049	(12.265)	671.918	330.390	(666)	804.990
Pré x Dólar	40.581	(89.217)	863.167	839	(275.166)	783.300
Euro x Pré	-	(51.576)	388.265	1.884	-	10.386
Pré x Euro	52.400	-	388.265	-	(1.874)	10.386
Libor x Pré	10.934	(518)	25.682	65.081	-	169.453
Pré x Libor	547	(22.087)	55.448	-	(97.401)	124.280
Pré x CUF	-	-	-	-	(30.556)	68.879
Libor x Euro	3.205	-	49.312	-	-	-
Euro x Libor	-	(2.967)	49.312	-	-	-
CDI x CDI	1.217	-	660.000	6.714	-	660.000
Operações com opções						
Posição comprada						
Dólar	97.785	-	2.397.854	5.652	-	8.487.401
Yen	-	-	-	6.583	-	31.044
Posição vendida						
Dólar	-	(97.785)	2.397.854	-	(3.476.659)	8.487.401
Yen	-	-	-	-	(6.583)	31.044
Operações a termo						
Títulos públicos	848.753	(848.588)	848.734	254.264	(254.137)	254.216
Moeda - NDF	1.218.689	(795.695)	44.682.044	1.521.631	(962.298)	59.251.621
Cambial (Nota 7)	1.901	-	-	-	(39.125)	-
CVA/LVA (1)	(55.804)	-	(68.758)	-	-	-
Total	4.940.100	(4.507.457)	109.541.023	8.076.198	(13.179.625)	147.206.290

(1) Desde 30 de junho de 2015 o Banco passou a reconhecer os impactos do custo de liquidação das posições e o spread de risco de crédito da carteira de instrumentos financeiros derivativos, conforme requerido pela Resolução nº 4.277.

(b) **Comparação entre o valor de custo e o valor de mercado**

Ativo	2016		2015		Valor referencial	Total
	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado		
Operações de "swap"	2.741.450	2.828.776	6.321.023	6.356.826	7.935.848	70.663.563
Prêmio de opções	103.188	97.785	23.322	12.235	-	-
Operações a termo	1.425.801	2.069.343	1.517.192	1.775.895	14.012.391	17.036.890
CVA/LVA	-	(55.804)	-	(68.758)	-	-
Total	4.270.439	4.940.100	7.861.537	8.076.198	53.586.652	889.553
Passivo					1.008.478	3.829.464

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015
(Valores expressos em milhares de Reais)

(f) Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados - 100%

(g) Tábua de mortalidade geral - AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que o Banco mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

(h) Rotatividade - Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários do Banco, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a. na experiência janeiro/13 a maio/16.

(i) Idade na data de aposentadoria - 60 anos de idade.

(j) Método atuarial - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõe o Banco a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

- **Risco de Inflação:** Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- **Expectativa de Vida:** Os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	Passivo atuarial
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-
Obrigação de benefício definido	6.089
Custo do serviço	264
Juros sobre obrigação do benefício definido	786
Saldo em 31 de dezembro de 2016	7.139

IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado do Banco (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	119 Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(1,089) Reversão do passivo e da despesa

22. RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2016	2015
Operações de crédito		
Rendas de empréstimos	103.359	74.138
Rendas de adiantamentos a depositantes	303	274
Juros sobre financiamento de ações	-	(1)
Resultado com títulos e valores mobiliários		
Rendas com títulos e valores mobiliários	1.022.903	837.709
Ganhos/(Perdas) líquidas com títulos e valores mobiliários	9.072	(14.186)
Ajuste a valor de mercado	39.590	(13.975)
Resultado de operações de câmbio		
Resultado líquido com operações de câmbio	724.152	56.945
Total das receitas da intermediação financeira	1.899.379	940.904

23. DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2016	2015
Operações de captação no mercado		
Despesas de depósitos a prazo	(425.175)	(141.307)
Despesas de operações compromissadas	(86.055)	(54.353)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(50.873)	(30.924)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(6.558)	(2.422)
Operações com instrumentos financeiros derivativos		
Ganhos/(Perdas) em operações com ativos financeiros e mercadorias	(411.541)	(146.157)
Operações de empréstimos e repasses		
Despesas de empréstimos no exterior	(132.223)	(137.769)
Resultado de empréstimos no país - outras instituições	16.360	(91)
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	(280)	(136)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)		
	(740)	13.229
Total das despesas da intermediação financeira	(1.097.085)	(499.930)

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Referem-se basicamente a receitas de prestação de serviços de intermediação de valores mobiliários e de operações de intermediação de negócios, há contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional junto a partes relacionadas.

	2016	2015
Prestação de outros serviços (1)	361.841	373.981
Assessoria em negociações	69.762	37.476
Gestão de fundos	18.907	17.869
Negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários	23.037	15.625
Outras receitas	2.343	1.106
Total	475.890	446.057

(1) Essas receitas referem-se, substancialmente, a contratos de prestação de serviços relativos ao provimento de infraestrutura técnica e operacional junto a partes relacionadas. (Nota 28)

25. DESPESAS DE PESSOAL

	2016	2015
Remuneração	(204.830)	(268.848)
Custos previdenciários	(124.882)	(148.397)
Benefícios	(38.230)	(26.775)
Outras despesas de pessoal	(465)	(1.837)
Total	(368.407)	(445.857)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2016	2015
Serviços do sistema financeiro	(56.038)	(46.153)
Serviços técnicos prestados por terceiros	(41.406)	(38.751)
Viagens	(13.166)	(15.265)
Aluguéis	(13.533)	(14.854)
Amortizações e Depreciações	(11.459)	(10.195)
Manutenção e conservação	(6.344)	(5.649)
Comunicações	(5.543)	(5.088)
Doações	(4.996)	(1.267)
Eventos	(2.333)	(3.516)
Seguros	(1.551)	(956)
Imóveis, instalações e materiais	(1.548)	(1.295)
Água, energia e gás	(1.232)	(1.273)
Copa e cozinha	(1.097)	(1.182)
Associações de classe	(1.024)	(857)
Representações	(942)	(1.019)
Locomoções e estacionamento	(685)	(791)
Publicidade e publicações	(622)	(766)
Outras diversas (*)	(18.825)	(5.638)
Total	(182.344)	(154.515)

(*) Substancialmente composto por programas de recompensas no montante de R\$ 13.374 (R\$ 5.127 em 2015).

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2016	2015
Impostos sobre Serviços - ISS	(23.227)	(21.767)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(47.925)	(14.846)
Programas de Integração Social - PIS	(7.787)	(2.412)
Outras despesas	(1.999)	(1.120)
Total	(80.938)	(40.145)

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto à Controladora

Tipo de operação	Vencimento	2016	2015
Ativos			
Valores a receber de sociedades ligadas (1)	06/01/2016	-	4.522
Total ativos		-	4.522
Passivos			
Obrigações sociais e estatutárias		(90.463)	(71.624)
Total passivos		(90.463)	(71.624)

(1) O saldo de "valores a receber sociedades ligadas", subgrupo de Outros créditos - Rendas a receber, no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Reembolso de despesas administrativas".

(b) Saldos do final dos exercícios apresentados no resultado decorrentes de operações junto à Controladora

Tipo de operação	2016	2015
Receitas de prestação de serviços	-	40

(c) Saldos do final do exercício mantidos em balanço junto à Controlada

Tipo de operação	Vencimento	Taxa	2016	2015
Ativos				
Negociação e intermediação de valores	06/01/2016		-	251.747
Valores a receber de sociedades ligadas (1)	06/01/2016		-	13.818
Total ativos			-	265.565
Passivos				
Depósitos à vista			-	(196)
Depósitos interfinanceiros	04/01/2016	CDI	-	(165.035)
Total passivos			-	(165.231)

(1) O saldo de "valores a receber sociedades ligadas", subgrupo de Outros créditos - Diversos, no Ativo circulante, decorre substancialmente do Rateio de despesas existente entre Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. e a Merrill Lynch Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que tem como contrapartida no resultado "Despesas de Pessoal".

(d) Saldos do final dos exercícios apresentados no resultado decorrentes de operações junto à Controlada

Tipo de operação	2016	2015
Resultado de participação em controlada	15.970	22.619
Operações de captação no mercado	-	(18.108)
Recuperação de despesas	-	49.054
Despesas com prestação de serviços	-	1.913

(e) Saldos do final dos exercícios mantidos em balanço junto a não Controladoras e não Controladas

Tipo de operação	Vencimento	Taxa	2016	2015
Ativos				
Depósitos em moedas estrangeiras			42.780	63.347
Aplicação no mercado aberto			-	751
Aplicação em moeda estrangeira			-	624.321
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Até 20/01/2027		1.353.603	5.322.401
Outros Créditos a receber (Nota 8)			53.859	52.292
Valores a receber de sociedades ligadas (1)	18/01/2017 06/01/2016		28.358	-
Total ativos			1.478.600	6.104.150
Passivos				
Depósitos à vista			(513)	(15)
Captações no mercado aberto	06/01/2017 02/01/2017 02/01/2016	CDI Pré CDI	(928) (1.231.662) -	- -
Depósitos a prazo	Até 28/12/2018	CDI	(46.966)	(42.360)
Depósitos interfinanceiros	02/01/2017	Pré	(175.089)	-
Instrumentos financeiros derivativos (2)	Até 20/06/2025		(1.758.151)	(5.273.646)
Negociação e intermediação de valores			(164.053)	(108)
Valores a pagar sociedades ligadas			(718)	-
Dívidas subordinadas	06/12/2016	CDI	-	(87.477)
Total passivos			(3.378.080)	(5.450.854)

(1) O saldo de "valores a receber sociedades ligadas", subgrupo de Outros créditos - Rendas Antecipadas, no Ativo circulante, decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional prestados pelo Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Receitas de prestação de serviços", bem como, o subgrupo de Outros créditos - Diversos, no Ativo circulante, decorrentes do Rateio de despesas existente entre o Banco e a Merrill Lynch Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que tem como contrapartida no resultado "Despesas de Pessoal".

(2) As taxas aplicadas nos instrumentos financeiros derivativos são diversas e foram negociadas conforme cada tipo de operação e vencimento na data da contratação de acordo com as taxas aplicadas junto aos demais clientes e mercado.

(f) Saldos do final dos exercícios apresentados no resultado decorrentes de operações junto à não Controladoras e não Controladas

Tipo de operação	2016	2015
Resultado com títulos e valores mobiliários	731	68
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(4.273.057)	3.774.457
Receitas de prestação de serviços	356.844	385.610
Operações de captação no mercado	(88.434)	(30.712)
Operações de empréstimos e repasses	(13.479)	(11.736)
Despesas com prestação de serviços	(2.104)	-
Recuperação de despesas	66.387	865

(g) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil, registradas em despesas de pessoal, estão demonstradas a seguir:

	2016	2015
Participação nos lucros e gratificações	29.127	25.621
Encargos e multa rescisória	18.611	17.164
Plano de benefícios de longo prazo	21.725	14.710
Salários e benefícios	12.531	11.105
Previdência privada	833	576
Total	82.827	69.176

29. OUTRAS INFORMAÇÕES

29.1. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes é composto pelo seguinte:

	2016	2015
Disponibilidades em moeda estrangeira	42.780	63.347
Aplicações no mercado aberto	5.041.355	2.710.820
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	89.798
Relações interfinanceiras - Correspondentes	848	388
Aplicações em moeda estrangeira	-	624.321
Total	5.084.983	3.488.674

29.2. Basileia - o Banco está enquadrado no limite mínimo de 10,5% estabelecido pelo Bacen, e a situação do consolidado em 31 de dezembro de 2016 é de 18,14% (14,03% em dezembro de 2015), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.490/07 e legislação complementar, a qual determina que as instituições financeiras mantenham o patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos ponderados por fatores que variam de 0 a 1,250%. A partir de janeiro de 2015, todos os cálculos de Basileia passaram a ser baseados no Conglomerado Prudencial, que possui a mesma composição do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch.

29.3. Gestão de Risco - É um processo contínuo, permanentemente revisado, servindo de base nas decisões do Conglomerado, abrangendo:

Risco de Crédito: O BoAML possui e segue Políticas de Risco de Crédito globais do Bank of America Merrill Lynch e também Política de Risco de Crédito local, que definem a abordagem de alto nível para gestão de riscos e controles de risco de crédito a serem utilizados, de acordo com o apetite de risco da instituição, atendendo dispositivos regulatórios, em especial a Resolução Bacen nº 3.721/09. Os departamentos de análise de crédito e de risco de crédito do Banco, trabalhando com as funções de Gestão de Risco Global, avaliam a qualidade de crédito dos clientes individuais existentes e potenciais, as contrapartes institucionais e emittentes, e determinam níveis de risco de crédito. Estes departamentos revisam e monitoram operações específicas, a carteira de crédito de forma geral e outras concentrações de risco. Estas áreas também são responsáveis pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos e trabalham ativamente com todas as unidades de negócio do Grupo para gerenciar e mitigar o risco de crédito. Os departamentos de análise de crédito e risco de crédito seguem definições e normas globais para estipular a exposição de crédito, utilizando diversas metodologias. Estes departamentos também realizam revisões periódicas da carteira, monitoram a capacidade financeira da contraparte e avaliam os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de problemas e a necessidade de mitigação de risco em exposições que se tornaram inaceitáveis. Estes departamentos revisam tendências industriais, regionais e econômicas globais e incorporam os efeitos de concentração da carteira ao determinar níveis de tolerância. Também reportam regularmente sobre esta atividade e fornecem as revisões detalhadas da carteira de crédito para o Comitê de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito local atribui ao Comitê de Risco de Crédito a função de supervisionar as políticas, os processos, os sistemas, os controles e os limites locais de modo a propiciar adequada estrutura para uma gestão satisfatória do risco de crédito. Decisões com impactos relevantes sobre o gerenciamento do risco de crédito devem ser discutidas pelo Comitê de Risco de Crédito. O Comitê de Risco de Crédito é presidido pelo Diretor de Risco de Crédito com membros oriundos da alta administração do Grupo, negócios, controle e unidades de suporte.

Risco Operacional: O Banco possui uma estrutura local consolidada, para o gerenciamento do risco operacional de suas atividades de negócio no país, visando aumentar sua eficiência operacional e atender dispositivos regulatórios, em especial a Resolução Bacen nº 3.380/06. A área de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócio. A Administração do Banco participa ativamente no processo de gestão de riscos operacionais, por meio do Comitê de Riscos monitorando regularmente o perfil de risco e assegurando a implementação tempestiva de ações para reduzir exposições a perdas operacionais materiais. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos operacionais do Banco encontra-se disponível ao público.

Risco de Mercado: A estrutura local do Banco possui controles capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para todas as operações realizadas pela instituição conforme disposto na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.365/07, do Bacen. O Banco dispõe de relatórios e políticas locais que atendem aos aspectos requeridos pelo Bacen e que garantem a correta captura e mensuração dos riscos de mercado. A instituição possui um Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos que se reúne mensalmente com os objetivos de deliberar sobre o cumprimento das políticas de Risco de Mercado, definir e monitorar os limites de risco de mercado e de alocação de capital tanto para operações classificadas na carteira de negociação quanto para operações classificadas na carteira de não-negociação. O Comitê tem também a função de monitorar a evolução das transações financeiras descritas no balanço do Banco e de medir a eficiência das unidades de negócios de acordo com sua estratégia e alocação de capital, dando suporte ao crescimento do negócio através do gerenciamento das atividades e suas estratégias, cumprindo todos os aspectos regulatórios.

Risco de Liquidez: O Banco define esse risco como a capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados. Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, o Banco garante a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de estresse contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros. A partir de 31 de dezembro de 2012, foram implementadas as melhorias na estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Banco, estabelecendo políticas e estratégias com o objetivo de assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez, conforme trata a Resolução CMN nº 4.090/12.

29.4. A partir de 31 de dezembro de 2012, foi implementada a estrutura de Gestão de Capital do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, que consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do CMN, Resolução nº 3.988/11. A estrutura de gestão de capital fornece uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva. Essas informações encontram-se disponível no endereço eletrônico do Banco (Nota 29.5).

29.5. As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrillynch-brasil.com.br>).

29.6. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 3.263/05 o Banco possui acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional. Os valores a receber e a pagar são demonstrados no balanço patrimonial nas respectivas rubricas relacionadas aos produtos, no ativo e no passivo, respectivamente, sem compensação dos valores. Os montantes sujeitos à compensação são resumidos a seguir:

(i) Composição do valor a receber/pagar por indexador

	Dezembro 2015			
	Dezembro 2016		Dezembro 2015	
	Valor a receber	Valor a pagar	Valor a receber	Valor a pagar
Operações de "swap"				
CDI x CDI	1.217	-	6.714	-
CDI x Dólar	476.227	(82.284)	2.176	(4.232.447)
CDI x Euro	-	-	-	(27.243)
CDI x IGPM	-	(7.4		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou

com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva
CRC 1RJ062926/O-9 "S" SP